

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

08/05/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Centrais preparam marcha a Brasília contra as reformas

As centrais sindicais que organizaram a greve geral na sexta (28) definiram um calendário de ações em Brasília contra as reformas trabalhista e da Previdência. Caso os projetos avancem, uma nova greve geral será discutida. O plano é visitar deputados e senadores entre os dias 8 e 12 deste mês para convencê-los a rejeitar as propostas do governo e, entre os dias 15 e 19, fazer manifestações contra as votações no Congresso. Uma grande marcha com destino ao Congresso, ainda sem data definida, deve acontecer na semana do dia 15.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/05/2017

Destaques da reforma serão votados amanhã na Câmara

O presidente da comissão especial que analisa a reforma da Previdência na Câmara, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), disse que retomará os trabalhos da comissão amanhã. Segundo Marun, todos os destaques devem ser votados na sessão da Comissão Especial. A comissão ainda precisa avaliar 10 dos 13 destaques apresentados pelas bancadas. Na semana passada, a comissão aprovou o texto-base da reforma e, em seguida, começou a analisar os destaques da proposta. No entanto, o plenário foi invadido por um grupo de agentes penitenciários e a sessão foi encerrada. Os agentes queriam que a categoria fosse incluída no grupo de aposentadoria especial para policiais, com limite de idade reduzido para 55 anos. Os membros da comissão, no entanto, retiraram essa possibilidade.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/05/2017

Aprovação em plenário divide base do Governo e oposição

Líderes de partidos da base aliada do Governo e também da oposição falaram sobre a votação da Reforma da Previdência na Comissão Especial. As opiniões são divergentes quanto a força que o Governo tem para aprovar a matéria em Plenário. Comenta-se nos bastidores da Câmara, que a votação em plenário pode ocorrer só no segundo semestre, com o Governo aguardando primeiro pela votação da reforma trabalhista que vai ocorrer em junho no Senado.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/05/2017

Mudança na aposentadoria deve gerar novos debates

O texto-base da reforma da Previdência, que foi aprovado na última quarta-feira na comissão especial que discute o assunto na Câmara, ainda vai ter um longo caminho a ser percorrido até sua aprovação final para a sanção presidencial. O texto do relator Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), que foi aprovado por 23 votos a favor e 14 contra, altera pontos centrais da proposta original, encaminhada pelo governo do presidente Michel Temer no fim do ano passado. A aprovação na comissão especial é apenas o primeiro passo de uma longa jornada de análise de mérito que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) terá pela frente. Para ser aprovada, uma PEC precisa de ao menos 308 votos dos 513 deputados. A expectativa do Palácio do Planalto, que trabalha com corte de indicações e oferta de cargos, é chegar a 320 votos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/05/2017

Governo busca apoio e oferece benefícios

O Palácio do Planalto e seus aliados no Congresso devem oferecer benefícios a empresas e produtores rurais com dívidas com o fisco para reduzir as resistências à reforma da Previdência sem precisar fazer novas concessões na proposta que muda as regras das aposentadorias.

A ideia é angariar votos sem reduzir ainda mais a economia prevista com a reforma e sua contribui-

ção para o equilíbrio das contas públicas.

Comissão mista do Congresso aprovou nesta semana mudanças significativas no novo programa de regularização de débitos fiscais proposto pelo presidente Michel Temer, incluindo no projeto benefícios para os devedores.

A nova versão amplia o prazo de parcelamento das dívidas de 10 para 20 anos e dá descontos nas

multas e juros que podem chegar a 90%.

Também retira a multa prevista em casos que forem levados ao Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). As empresas recorrem ao conselho quando discordam de autuações do Fisco.

Para atender à bancada ruralista, o Congresso incluiu a possibilidade de parcelamento de R\$ 26 bilhões em dívidas com o Funrural. Empresas em

recuperação judicial também poderão parcelar débitos.

Deputados na linha de frente das negociações da reforma confirmaram que a bancada ruralista pressiona o governo.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal declarou constitucional a cobrança sobre a receita bruta com a venda da produção agrícola devida pelo empregador rural pessoa física.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/05/2017

Regra de transição recebeu maiores críticas na proposta

A regra de transição, um dos pontos mais criticados na proposta original, foi alterada pelo relator. Na proposta original, ela começava aos 45 anos (mulher) e 50 anos (homem) e tinha um pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição restante para a aposentadoria.

O parecer estabelece que não haverá um corte de idade para se enqua-

drar na transição e que o pedágio, para quem pretendia se aposentar por tempo de contribuição, será de 30%.

A idade mínima para quem pretendia se aposentar por tempo de contribuição vai começar em 53 anos para mulheres e em 55 para homens. Esse patamar vai subir um ano a cada dois anos a partir de 2020. A idade a ser observada pelo segu-

rado é aquela referente ao ano em que ele termina de cumprir o pedágio.

Para quem pretendia se aposentar por idade, a idade exigida dos homens será mantida em 65 anos. Para mulheres, a idade passou dos atuais 60 anos para 62, com o aumento de um ano na idade mínima a cada dois anos, a partir de 2020. O tempo de contribuição, hoje em 15 anos, chegará a 25 anos. Para isso, subirá 6 meses a cada ano, também a partir de 2020.

Conheça outros pontos em debate na reforma

Regra de Cálculo

Para contornar as críticas ao prazo de 49 anos necessários para atingir o valor máximo do benefício, o relator propôs a redução para 40 anos. A solução encontrada, porém, diminuiu o valor de partida da aposentadoria: quem tiver 65 anos (homem) ou 63 anos (mulher) e 25 anos de contribuição terá direito a 70% da média salarial, e não 76%, como previa o texto original. O percentual de 70% subirá 1,5 ponto percentual de 25 a 30 anos de contribuição; 2 pontos dos 30 aos 35 anos; e 2,5 pontos dos 35 aos 40. Outra mudança que reduz o valor do benefício é que esse novo percentual da regra de cálculo incidirá sobre a média de todas as contribuições do trabalhador desde 1994, em vez de ser calculado em cima das 80% maiores contribuições, como é hoje.

Aposentadoria Rural

Para o trabalhador rural de economia familiar, a idade mínima de aposentadoria será de 60 anos (homens) e 57 anos (mulheres), com 15 anos de contribuição. A proposta original do governo previa para os trabalhadores rurais as mesmas regras dos trabalhadores urbanos.

Pensão

O relator manterá as pensões

vinculadas ao salário mínimo, diferente do que queria o governo. Para quem tiver direito a um valor superior, fica mantida a regra de uma cota de 50%, acrescida de 10% por dependente. O acúmulo de pensão com aposentadoria poderá ocorrer até o limite de dois salários mínimos. Para quem ultrapassar esse valor, será possível optar pelo benefício de maior valor. As pessoas que hoje já acumulam esses benefícios não serão afetadas.

Servidores

O relator manteve em seu texto um ponto que causou revolta de servidores públicos por dificultar o acesso à integralidade e paridade —ou seja, o direito a aposentar com o salário da ativa e ter o mesmo reajuste dos funcionários públicos em exercício. Os servidores que entraram até 2003, que hoje têm esses dois privilégios, terão que esperar até 62 anos (mulher) e 65 anos (homem) para alcançar a integralidade e a paridade, segundo a regra proposta. Os que quiserem aposentar antes disso têm direito a 100% da média de contribuição. Os funcionários públicos que entraram após 2003 terão direito a 70% da média de contribuição. Esse percentual subirá 1,5 ponto percentual de 25 a 30 anos de contribuição; 2 pontos dos 30 aos 35 anos; e 2,5 pontos dos 35 aos 40. As regras estabe-

lecidas no texto passarão a valer para os Estados seis meses após a promulgação da PEC, caso eles não tenham aprovado uma reforma própria.

Professores e Policiais

Os professores poderão se aposentar aos 60 anos de idade, com 25 anos de contribuição. Os policiais federais e os policiais legislativos terão idade mínima de 55 anos para se aposentar. O tempo de contribuição será de 25 anos para mulheres, com 15 anos de atividade policial, ou 30 anos de contribuição para os homens, com pelo menos 20 anos de atividade policial. O tempo de atividade policial subirá 1 ano a cada 2 anos até chegar a 20 anos para mulheres e 25 para os homens.

Benefício Assistencial

O BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência que têm renda familiar per capita de até 25% do salário mínimo, não será desvinculado do salário mínimo, como pretendia o governo. O texto prevê que a idade mínima, no caso dos idosos, subirá dos atuais 65 anos para 68. A proposta do governo era de 70 anos. Para as pessoas com deficiência, não há um limite de idade.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/05/2017